

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 531.136 - MA (2014/0140765-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **PVC BRAZIL INDÚSTRIA DE TUBOS E CONEXÕES LTDA**
ADVOGADOS : **DELFIN SUEMI NAKAMURA E OUTRO(S) - PR023664**
EDUARDO ANTONIO GUIMARAES DE CASTRO - MA009583
AGRAVADO : **OLGA NORONHA TEIXEIRA**
ADVOGADO : **THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ E OUTRO(S) - MA007614**
INTERES. : **R D COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
INTERES. : **ANTÔNIO ALBINO OLIVEIRA TEIXEIRA**
INTERES. : **JOAQUIM EDUARDO SAID DIAZ**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por incidência da Súmula n. 211 do STJ e falta de violação do art. 535 do CPC/1973.

O Tribunal de origem deu provimento ao agravo regimental interposto pela agravada, reconhecendo a intempestividade do agravo de instrumento. O julgado está assim ementado (e-STJ fl. 600):

AGRAVO REGIMENTAL DE IMEDIATO PROVIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE DESTES POR TER SIDO TRANSMITIDO POR CORREIO ELETRÔNICO. RETRATAÇÃO.

Deve ser retratada a decisão que deu imediato provimento a recurso intempestivo já que protocolado via correio eletrônico.

Os sucessivos embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 658/660, 698/704, 740/746).

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a agravante alegou violação do art. 535 do CPC/1973, por omissão do acórdão recorrido quanto aos arts. 1º e 2º, da Lei n. 9.88/1999, 154 e 244 do CPC/1973 e 5º, da LICC.

Aduziu afronta aos arts. 1º e 2º, da Lei n. 9.88/1999, sob o argumento de que o correio eletrônico deve ser equiparado ao fac-símile, por se enquadrar na descrição de "outro similar" sistema de transmissão de dados e imagens a que se refere a Lei.

Além disso, em observância ao princípio da instrumentalidade das formas, decorrente da redação dos arts. 154 e 244 do CPC/1973 e 5º, da LICC, sustenta o recebimento da petição por correio eletrônico, em especial, diante da inexistência de elementos que sugiram divergência entre o documento enviado eletronicamente e o original, pelos correios.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 785/800).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Com relação à afronta ao art. 535 do CPC/1973, importa esclarecer que os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No caso dos autos, a Justiça local decidiu a matéria controvertida, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Não há, portanto, omissão alguma a ser sanada.

Ao reconhecer a inadmissibilidade do correio eletrônico como equiparação ao fac-símile, o Tribunal de origem adotou orientação coincidente com a jurisprudência do STJ. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECURSO INTEMPESTIVO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. ENVIO DA PETIÇÃO VIA E-MAIL. MEIO ELETRÔNICO QUE NÃO SE EQUIPARA AO FAC-SÍMILE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no entendimento de que o correio eletrônico não configura meio equiparado ao fac-símile, para fins da aplicação do disposto no art. 1º da Lei nº 9.800/99. Precedentes.

3. O recurso especial deve ser considerado manifestamente intempestivo, pois interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos dos arts. 219, *caput*, 994, VI, e 1.003, § 5º, do NCPC.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1334013/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 05/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO VIA E-MAIL. INEXISTENTE. INTEMPESTIVIDADE. PORTARIA CONJUNTA 37/2018 DO TJDFT. NÃO APLICAÇÃO AOS RECURSOS DIRIGIDOS A ESTA CORTE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta eg. Corte de Justiça é firme no sentido de que o "recurso interposto via e-mail é tido por inexistente, não podendo ser considerado o correio eletrônico instrumento similar ao fac-símile para fins de aplicação do disposto na Lei nº 9.800/99, na medida em que, além de não haver previsão legal para sua utilização, não guarda a mesma segurança de transmissão e registro de dados" (AgRg no Ag 1.111.475/MG, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe de 25.5.2009).

2. A Portaria conjunta nº 37/2018, editada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com a finalidade de permitir o envio de petições àquele Tribunal por correio eletrônico (e-mail), não se aplica aos recursos dirigidos a esta Corte, cujo processamento é regulado em lei federal.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1414107/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 05/09/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do STJ.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intímem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator